



GT 46. Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

Coordenador(es):

Ricardo Verdum (Museu Nacional)

Luís Roberto de Paula (UFABC - Fundação Universidade Federal do Abc)

A participação indígena em processos eleitorais possui uma longa trajetória histórica na América Latina. Há várias casos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores indígenas com mandato conquistado e exercido na região. Há também, mesmo em menor quantidade, experiências de participação indígena em esferas mais amplas (no caso brasileiro, deputados estaduais e federais, por exemplo). Este fenômeno, no entanto, tem recebido pouca atenção da etnologia indígena e da antropologia da política no país. O GT quer reunir pesquisadorxs indígenas e não-indígenas com investigações colaborativas ou acadêmicas nessa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa e queiram apresentar seus primeiros resultados. Interessa-nos trabalhos que tenham como objeto privilegiado de análise: a relação entre povos indígenas, modelos eleitorais e processos eleitorais específicos; o papel dos determinantes estruturais e da agência dos atores sociais indígenas na mobilização de recursos e nas decisões de participação em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre candidatos, comunidade e movimento indígena; a relação entre lideranças locais e representantes institucionais eleitos; o vínculo de indígenas com partidos políticos; distanciamento entre base eleitoral e candidatos eleitos; a pertinência do sistema de quotas indígenas em processos eleitorais; possibilidades e limites de construção de protagonismo e autodeterminação dos povos indígenas pela via eleitoral.

?Democracia? e ?representação? entre os Ingarikó: outras formas de se ?fazer política? e de ?ser político?

Autoria: Gabriel Calil Maia Tardelli (UNB - Universidade de Brasília)

Nascido na Comunidade Manalai, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste do estado de Roraima, Dilson Ingarikó teve o seu primeiro contato com os karaiwa (não-indígenas) aos nove anos de idade, por intermédio de agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de missões religiosas que chegaram àquela região. Ainda na tenra idade, percorreu pela primeira vez a cidade de Boa Vista à procura de sua avó. Esta havia sido transferida para lá a fim de receber um tratamento para malária. Todavia, veio a falecer dias depois. Seu corpo foi enterrado sem que a família fosse informada. Esse evento crítico motivou Dilson a permanecer na cidade para estudar. A partir daí, ele aprendeu a língua portuguesa, ingressou no magistério, lecionou em sua comunidade, dirigiu uma escola, viajou para a Holanda para contribuir na elaboração de uma gramática Ingarikó e passou a cursar Direito e um mestrado em Ciências Sociais e Jurídicas. Politicamente, Dilson assumiu a Secretaria do Índio do governo estadual, foi vereador e secretário de Turismo e Meio Ambiente de Uiramutã e, atualmente, é candidato à prefeitura do mesmo município. Através de relatos pessoais do próprio Dilson e das narrativas de outros atores indígenas e não-indígenas, o presente work pretende reconstituir e analisar a trajetória política de Dilson Ingarikó. Por se tratar de uma trajetória emblemática, penso que, ao percorrê-la, podemos compreender os sentidos atribuídos pelo povo Ingarikó a ideias-valores como ?democracia? e ?representação?. Quando contrastada com as biografias políticas de não-indígenas que assumiram cargos nos poderes executivo e legislativo no município de Uiramutã, constatamos um modus operandi diferente de se ?fazer política? e de ?ser político?, o que inclui o lançamento de



candidaturas, a compreensão do ato de votar, a relação entre eleitor e eleito e as noções de representatividade e participação. Sob essa perspectiva, o ingresso dos indígenas daquela região na vida política parece confrontar a ideia segundo a qual haveria um modelo único e hegemônico de atuação política.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: